



Fernando Souza Fischer Alves

**GESTÃO FINANCEIRA DE UMA ESCOLA ESTADUAL: O CASO DA CAIXA
ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL ALFA**

Belo Horizonte

2018

Fernando Souza Fischer Alves

**GESTÃO FINANCEIRA DE UMA ESCOLA ESTADUAL: O CASO DA CAIXA
ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL ALFA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental à Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista.

Orientador: Giovanni José Caixeta

Belo Horizonte

2018

A474g Alves, Fernando Souza Fischer.
Gestão financeira de uma escola estadual [manuscrito] : o caso da Caixa
Escolar da Escola Estadual Alfa / Fernando Souza Fischer Alves. – 2018.
[10], 48 f. : il.

Monografia de conclusão de Curso (Especialização em Administração
Pública, Planejamento e Gestão Governamental) – Fundação João Pinheiro,
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2018.

Orientador: Giovanni José Caixeta

Bibliografia: f. 53-56

1. Administração financeira – Minas Gerais. 2. Escola pública – Minas
Gerais. 3. Recursos financeiros – Minas Gerais. I. Caixeta, Giovanni José.
II. Título.

CDU 371.2.003.2(815.1)

Fernando Souza Fischer Alves

Gestão financeira de uma escola estadual: o caso da Caixa Escolar da Escola Estadual Alfa

Monografia apresentada ao Curso de Administração Pública da Fundação João Pinheiro, como requisito para obtenção do título de especialista em administração pública.

Banca examinadora

Giovanni José Caixeta, orientador

Juliana de Lucena Ruas Riane, avaliadora

Belo Horizonte, ____ de setembro de 2018.

RESUMO

O presente estudo descreve a realidade financeira e suas implicações em uma determinada Escola Estadual do Estado Minas Gerais no exercício de 2017. Para melhor entendimento do estudo, será abordada a definição de caixa escolar, sua estrutura e sua funcionalidade, tratando também dos termos de compromisso inerentes às caixas escolares. O trabalho proposto tem como escopo a confrontação das verbas previstas pelos termos de compromisso e as verbas efetivamente disponibilizadas, assim, tendo embasamento para a compreensão dos impactos de tal situação na realidade da unidade escolar.

Palavras-chave: Caixa Escolar. Termos de compromisso. Infraestrutura. Verbas disponibilizadas.

ABSTRACT

The present study describes the financial reality and the implications in a certain State School of the State Minas Gerais in 2017 financial year. For a better understanding of the study, will be addressed the definition of school box, their structure and functionality, also dealing with the terms of commitment inherent the school box. The proposed work has the objective of confronting the amounts provided by the terms of commitment and the funds effectively made available, and based on the understanding of the impacts of this situation on the reality of the school unit.

Keywords: School box. Terms of commitment. Infrastructure. Available funds.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura

Figura 1 – Estrutura hierárquica e funcional da Escola Estadual Alfa.....	24
Figura 2 – Relação hierárquica entre direção e profissionais da área pedagógica	24
Figura 3 – Estrutura orgânica da Caixa Escolar Alfa	25
Figura 4 – Porcentagem de respostas aos entrevistados	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Termos de compromisso e contrato do programa dinheiro direto na escola (PDDE) da Caixa Escolar Alfa – 2018	31
Tabela 2 –	Depósitos realizados e despesas referentes ao termo de compromisso 857.099/2017	35
Tabela 3 –	Depósitos realizados e despesas referentes ao termo de compromisso 861.656/2017	37
Tabela 4 –	Depósitos realizados e despesas referentes ao termo de compromisso 839.575/2017	40
Tabela 5 –	Despesas do exercício de 2017 referentes ao Programa Dinheiro na Escola (PDDE).....	42
Tabela 6 –	Relação entre verbas e valor efetivamente disponível – 2013- 2017.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPJ –	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
DCTF –	Declaração de Créditos e Débitos de Tributos Federais
ECF –	Escrituração Contábil Fiscal
EEx –	Entidades Executora
FNDE –	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
MEC –	Ministério de Educação e Cultura
PDDE –	Programa Dinheiro Direto na Escola
QESE –	Quota Estadual de Salário Educação
RAIS –	Relação Anual de Informações Sociais
SEE-MG –	Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais
SRE-MG –	Superintendência Regional de Ensino de Minas Gerais
UEx –	Unidades Executoras

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
3 METODOLOGIA	20
4 A ESCOLA ESTADUAL ALFA	23
5 TERMOS DE COMPROMISSO DAS CAIXAS ESCOLARES DE MINAS GERAIS	27
6 TERMOS DE COMPROMISSO DA ESCOLA ALFA	31
6.1 Depósitos Efetivos dos Termos de Compromisso da Escola Alfa	34
6.2 Situação entre verbas previstas e efetivamente disponibilizadas	42
7 PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE A DISPONIBILIDADE E APLICAÇÃO DE RECURSOS DA CAIXA ESCOLAR	46
7.1 Resultados obtidos	46
8 ANÁLISE DOS RESULTADOS: RELAÇÃO QUESTIONÁRIOS x VERBAS DISPONÍVEIS	49
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICE	57

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada que objetiva captar as percepções da comunidade escolar da Escola Estadual Alfa sobre as implicações da gestão da Caixa Escolar	57
---	-----------

1 INTRODUÇÃO

Várias reportagens abordando a situação precária das escolas públicas no Brasil são exibidas na televisão. Segundo reportagem da Folha de São Paulo online (2016), somente 4,5% das escolas públicas do país possui todos os itens de infraestrutura previstos em lei. A situação é mais crítica em escolas que ofertam o ensino fundamental (1º ao 9º ano): somente 4,8% possuem todos os itens previstos, já no ensino médio a porcentagem sobe para 22,5%. O levantamento foi feito baseado no censo escolar de 2015 que levou em consideração abastecimento de água tratada, acesso a energia elétrica, saneamento básico, acesso a equipamentos de informática, bens culturais e artísticos, laboratório de ciências e espaço para prática de atividades esportivas.

Em consciência de tal situação o presente trabalho busca descrever as verbas que são disponibilizadas durante o período de 2017 em uma determinada escola estadual de Minas Gerais, situada em Belo Horizonte, na qual, por motivos de solicitação da direção, caberá, o nome fictício de Escola Alfa. Destaca-se que ao analisar os recursos financeiros disponíveis pode-se traçar uma relação referente à realidade da escola, seus problemas de infraestrutura e seus pontos positivos, e sua realidade financeira.

O tema abordado foi escolhido devido à situação atual das escolas estaduais, que, como explicitado anteriormente, sofre graves problemas de infraestrutura, afetando assim o ensino e a educação dos alunos. Vale ressaltar será exposta a relação entre os recursos financeiros disponibilizados e os problemas enfrentados na referida escola.

O objetivo geral do trabalho é analisar o total de verba prevista pelos termos de compromisso, as verbas efetivamente disponibilizadas e os impactos de tal situação na realidade da unidade escolar.

Para se chegar ao objetivo proposto foi verificado e analisado de forma quantitativa os recursos previstos e os recursos efetivamente disponibilizados para a manutenção e melhoria das condições da escola no exercício de 2017, após tal procedimento foram feitas entrevistas com colaboradores da escola, buscando delinear as necessidades e a situação da escola de forma mais específica. Ao final, foi traçada a relação entre os recursos disponibilizados e a real

situação da escola, demonstrando como a realidade financeira influencia nas questões de infraestrutura anteriormente mencionadas.

Com o trabalho proposto foi delineado a realidade financeira da escola Alfa, verificando se são disponibilizados recursos para efetuar as melhorias necessárias, para que esta possa ter uma infraestrutura de qualidade para os alunos e os profissionais que nela trabalham.

Para melhor entendimento do referido trabalho é importante ressaltar que a escola Alfa é administrada financeiramente por uma Caixa Escolar, pessoa jurídica que possui número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), recebe os recursos financeiros e os emprega de acordo com o objeto previsto em termos de compromisso assinados, que será posteriormente explicado. Esta é, portanto, responsável pela tomada de serviços e aquisição de bens. A presidente da Caixa Escolar da referida escola é a diretora e os membros dos órgãos auxiliares são funcionários (professores e servidores da parte administrativa da escola) e alunos.

A Caixa Escolar é mantida por recursos provindos das esferas estadual e federal. Busca-se, a partir deste estudo, verificar se os recursos previstos no orçamento, para manutenção da escola Alfa, são efetivamente depositados e os reflexos que a disponibilização desses recursos tem no efetivo cotidiano da escola.

Em um primeiro momento, foram identificados e quantificados os recursos previstos, observados com os termos de compromisso firmados pela caixa escolar com os órgãos federais e estaduais. Em seguida foi verificado se os recursos foram efetivamente depositados, disponibilizando-se verbas conforme previsto.

Em um segundo momento, foram aplicados questionários aos colaboradores da escola para identificar o panorama real da escola, suas efetivas necessidades e seus pontos positivos no que se refere à itens de estrutura. Após a fase de coleta das informações supracitadas foi feita uma relação entre os recursos disponibilizados e a realidade da escola.

O trabalho foi estruturado em sete seções: referencial teórico; metodologia; definição da Escola Estadual Alfa; termos de compromisso das caixas escolares do estado de Minas Gerais; termos de compromisso da Escola Alfa; análise dos resultados: relação entrevistas x verbas disponíveis; e considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Vasconcelos (2013) explicita que as Caixas Escolares tiveram sua origem na França oitocentista, em 1928, e desde tal data as referidas caixas tiveram sucesso no país. Com o êxito das caixas escolares, de acordo com Moacyr (1937), o ministério da instrução pública francês transformou-se em uma “vasta fábrica de escolas”.

Vasconcelos (2013) complementa que após a instituição da caixa escolar na França, alguns países desenvolvidos aplicaram tal instrumento como mecanismo de despesa progressiva para o ensino, são eles: Inglaterra, Austrália, Alemanha, Áustria, Hungria, Bélgica, Holanda e Suécia.

Para Carvalho e Bernardo (2012):

Caixa escolar se configuraria em mais uma das ações desenvolvidas com o objetivo de organização do ensino público primário, em vias de estatização e de nacionalização de um único modelo, tendência universal (CARVALHO; BERNARDO, 2012, p. 143).

Carvalho e Bernardo (2012) ressaltam que a ideia de instauração de Caixas Escolares chega ao Brasil por meio de sugestão do ministro imperial Leôncio de Carvalho ao imperador da época. Moacyr (1937) discorre que o ministro considerava a educação responsabilidade do estado e um direito de todos. Assim se expressa este autor:

A necessidade da intervenção dos poderes públicos para obviar os inconvenientes dessa culposa indiferença tem sido universalmente reconhecida e o meio considerado eficaz é o ensino obrigatório, consagrado na legislação de todas as nações europeias (MOACYR, 1937, p. 182).

Carvalho e Bernardo (2012) retratam que o ministro imperial Leôncio de Carvalho considerava perigoso para o Estado a não educação das massas populares. Pode-se perceber tal conceito segundo esses pronunciamentos do então ministro: “da difusão das luzes entre as massas dependia o futuro das instituições brasileiras”. “A educação é para o Estado, uma questão de defesa pessoal”.

Carvalho (2013) observa que pelo decreto nº 7.247/1879, art. 6º, o referido ministro imperial Carlos Leôncio de Carvalho institui a necessidade de criação da caixa escolar para

recebimento de donativos, que formariam o fundo escolar. O autor ressalta que naquele tempo a caixa escolar era administrada pelo inspetor escolar.

Vasconcelos (2013) explica que após o decreto que formalizava as ideias do ministro imperial, “se deu o surgimento da Caixa Escolar no Brasil com a obrigatoriedade do ensino e a tentativa de inserir a população mais pobre na escola, através de dispositivo que auxiliaria essa parcela da sociedade menos favorecida” (Vasconcelos, 2013, p. 55).

Após o decreto instaurado pelo ministro imperial, Carvalho e Bernardo (2012) destaca que, embora houvesse a tentativa de resolver o problema da educação no Brasil, dando maior ênfase à educação da classe menos favorecida, das grandes massas e promovendo estratégias para a educação de alunos com menor poder aquisitivo, tal decreto não se mostrou efetivo, tendo em vista que dois anos passados ao decreto o número de escolas públicas de instrução primária não foi aumentado.

Segundo Aranha (2005) o decreto de Leôncio é de cunho revolucionário e inovador, pois, além de auxiliar a diminuição da desigualdade social estimula os colégios a praticar propostas pedagógicas eficientes, mas, infelizmente, as propostas do referido decreto não se concretizaram.

Durante o período de 1880 a 1906, segundo Carvalho e Bernardo (2012), constatou-se várias tentativas do império e da república para atender as necessidades da educação no Brasil. O Estado chama a responsabilidade no que tange a educação para si, resultando no início da organização das Caixas Escolares.

Em setembro de 1906, explicam Carvalho e Bernardo (2012), foi instituída a lei 439, que traria várias inovações, vindo a criar os Grupos Escolares. Em seguida, no ano de 1911, promulgou-se a lei Bueno Brandão, que viria a complementar as leis anteriores que concerniam referente à educação e criaria as Caixas Escolares.

Segundo Carvalho e Vieira (2008) a lei de 1911 contribuiu para formalizar oficialmente as Caixas Escolares, tendo em vista que a referida Caixa seria fundada somente com o registro de seus estatutos. Bahiense (2014) justifica a implementação dos estatutos da seguinte forma:

Com o grande número de Caixas Escolares que surgiram no começo do século XX, um regulamento geral para essa instituição já não era – se é que já o foi – suficiente para suprir a demanda de funcionamento das mesmas. Por terem sua presença obrigatória nos grupos escolares e, facultativa nas escolas isoladas de todo o Estado de Minas Gerais, se fazia necessário permitir que cada Caixa Escolar se organizasse da melhor maneira possível, ou seja, de acordo com suas particularidades. Eis que um meio para regulamentar o funcionamento das Caixas sem, no entanto, tirar delas sua autonomia, foi a criação de estatutos próprios. Estes deveriam permitir que as mesas diretoras, definissem a melhor forma de organização das caixas, sempre dentro dos parâmetros estabelecidos pela Secretaria do Interior (BAHIENSE, 2014, p. 53).

Bahiense (2014) afirmam que a finalidade inicial das caixas escolares era o fomento e o aumento da frequência nos grupos escolares. De acordo com este estudioso:

Com a finalidade de fomentar e impulsionar a frequência nos grupos escolares e escolas isoladas mineiras, as caixas escolares se tornaram um dos dispositivos de legitimação dos grupos escolares no início do século XX. A participação das caixas escolares no aumento da frequência era determinada em seu texto legal, em que consta no art. 354 que “as caixas escolares são instituições criadas com o fim de fomentar e impulsionar a frequência nas escolas”, que em parágrafo único, tinha sua organização obrigatória nos grupos escolares (BAHIENSE, 2014, p. 51).

Segundo Oliveira e Neta (2002) a ideia de instauração da Caixa Escolar nas escolas perpetua-se de um novo modelo de gestão e planejamento do sistema de ensino, tendo em vista que as escolas terão autonomia para definir aonde será alocada a aplicação de recursos conforme sua necessidade. Os autores complementam que tal autonomia supracitada é apenas relativa, considerando que os recursos disponibilizados para as Caixas Escolares vêm de forma engessada, prejudicando a flexibilização dos recursos segundo a demanda da escola.

Após compreender o surgimento das caixas escolares, deve-se compreender o conceito das referidas caixas nos dias atuais. Cabral Neto e Almeida (2000) conceituam Caixa Escolar como “uma entidade de caráter privado, objetivando a captação de recursos públicos e privados.”. Nesse sentido afirmam que as Caixas Escolares se constituem em um organismo institucional com a função de gerenciar os recursos financeiros destinados às escolas. Segundo os autores:

São recursos próprios da Caixa Escolar: as subvenções do Estado; auxílios concedidos pela União, Estado e municípios; renda decorrente de exploração de cantinas e de outros serviços instituídos pela escola; contribuição das famílias; parcerias; e de recursos de outras instâncias da comunidade (CABRAL NETO; ALMEIDA (2000, p. 43).

Já Luck e Parente (2000) conceituam Caixa Escolar como uma instituição jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, que exerce a função de administrar os recursos financeiros da escola provindos das três esferas de governo além dos recursos arrecadados pela

própria unidade escolar. Os autores ressaltam que as Caixas Escolares são unidades financeiras executores, como a própria definição provinda do Ministério de Educação e Cultura (MEC).

Moreira (2012) em seus estudos aponta a Caixa Escolar como a própria unidade executora da unidade escolar. Tendo em vista tal conceito, é facilitado às escolas a administração e execução dos recursos segundo suas demandas e necessidades.

Considerando o conceito de Caixa Escolar, busca-se entender de onde são originados os recursos mantenedores de tal instituição. Dutra (2015), considerando o Estado de Minas Gerais, diz que os recursos financeiros destinados às Caixas Escolares deste estado são provindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) cujo capital é arrecadado do Salário Educação, situação está que se aplica nos demais estados da federação.

Já o Manual das Caixas Escolares (2003) apresenta como fontes de recursos, as provenientes do estado, da federação e do banco mundial. O estado arrecada seus recursos por meio da Quota Estadual de Salário Educação (QESE), Tesouro Nacional e outras fontes. A federação brasileira arrecada por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e outras fontes próprias. O Banco Mundial, por sua vez, capta recursos por meio do Projeto Pro-qualidade.

Uma vez consideradas as fontes de recursos das caixas escolares, é necessário maior entendimento referente à execução e origem de tais recursos. Carvalho (2013) ressalta que até a década de 1990 a Secretaria de Estado da Educação era a responsável por executar as demandas financeiras das escolas e dividir os recursos entre elas. A autora retrata que em alguns casos as aquisições feitas não refletiam nas reais necessidades das escolas, em consciência que as compras eram feitas de forma centralizada e generalizada, refletindo assim no desinteresse por parte dos alunos e colaboradores da escola.

Mattos (1999) destaca que o diagnóstico realizado pela Secretaria de Estado de Educação, antes da reforma educativa, indicava altos índices de evasão e repetência, ineficiência referente aos recursos financeiros e problemas na estrutura administrativa.

A reforma educacional teve início no ano de 1990, no qual, o Brasil participou da Conferência Mundial Educação para Todos, evento no qual foi considerado o mais importante

sobre educação do século e do milênio, conforme destaca Mattos (1999). A partir de tal conferência surgiram a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, que posteriormente, passaram a fazer parte dos planos decenais de educação brasileira.

Cabral Neto e Silva (2004) constatam que nos primeiros anos da década de 1990 surge a necessidade de aprimoramento da capacidade de gestão das instituições públicas, com o objetivo de uma nova racionalidade de acordo com as estratégias neoliberais. Os autores destacam:

O governo propõe para o setor educacional um conjunto de reformas pautadas na descentralização e na autonomia. Essas reformas têm por objetivo aumentar a capacidade do Estado para implementar programas educacionais em parcerias com organismos internacionais (principalmente com o Banco Mundial), voltadas para melhorar a produtividade do sistema educacional (CABRAL NETO; SILVA, 2004, p. 7).

Mattos (1999) destaca também que no ano de 1991 iniciou-se o programa de reforma escolar: Promoção da Autonomia Escolar em Minas Gerais. O autor explicita os meios para se atingir a autonomia escolar no seguinte trecho:

Para incrementar a *autonomia* das escolas, na perspectiva do projeto de Minas Gerais foi necessário promover a desconcentração das áreas administrativa, financeira, pedagógica. Embora intrinsecamente relacionadas, as três áreas apresentam especificidades que acabam por exigir ações próprias para atenderem a essas características (MATTOS, 1999, p. 58).

Mattos e Perez (2000) discorrem sobre a reforma educativa:

Esta reforma educativa formalizou-se no bojo das mudanças ocorridas nos países da América Latina, que iniciaram suas reformas educacionais, tendo como referência temas básicos previstos no Projeto Principal de Educação para a América Latina e Caribe, definindo diretrizes educacionais no período de 1979 até o final do século. Considerando essas reformas, pode-se afirmar que, em geral, as mudanças que se pretenderam concretizar na área educacional nas últimas décadas poderiam ser agrupadas em dois grandes grupos: um primeiro refere-se às mudanças de propostas administrativas ou de gestão educacional, das quais as mais importantes são os programas de descentralização; aqueles que procuram introduzir modificações de gestão das instituições educacionais; e, um segundo, diz respeito às propostas que se ocupam do campo curricular, mais imediatamente dirigido aos aspectos didático-pedagógicos com o objetivo de melhorar distorções em relação à qualidade do ensino (MATTOS e PEREZ, 2000, p. 95).

Mattos e Perez (2000) afirmam ainda que a crise do Estado foi responsável por provocar mudanças nas políticas sociais, levando ao próprio estado efetuar mudanças de gestão, imprimindo uma reformulação de políticas, principalmente educacionais. Os autores ressaltam que entre as mudanças ocorridas estão a descentralização e a desconcentração. Tais processos foram executados devido a uma incapacidade do Estado no que tange aos problemas educacionais.

Cabral Neto e Almeida (2000) ressaltam que a necessidade de autonomia, no contexto exposto, engloba dimensões administrativas, financeiras e pedagógicas. Mattos e Perez (2000) também discorrem sobre a autonomia e o processo de descentralização. Para estes autores, o referido processo tem uma dimensão política que implica na redistribuição do poder do Estado.

Segundo Mattos e Perez (2000) pode-se considerar o processo de desconcentração em dois sentidos: um fenômeno que se alinha a descentralização e um fenômeno que, de certa forma, em maior ou menor grau, acompanha a centralização. Os autores explicam que qualquer administração centralizada necessita sofrer um processo de descentralização, que se baseia em transferir competências a organismos dependentes da organização central. Os referidos autores complementam que este é o processo ocorrido no ramo educacional de Minas Gerais, no qual, a Secretaria de Estado da Educação transferiu suas atribuições e responsabilidades para as unidades escolares.

De acordo com Carvalho (2013):

Conforme Lück (2000), a direção escolar passou de um modelo estático para um dinâmico, exigindo uma postura mais interativa do gestor, que deveria abandonar a prática de seguir modelos estabelecidos através da tutela do Estado, via órgãos centrais, e partir para a execução de ações sob a luz de 20 novas concepções, devido à autonomia a ele concedida tanto na gestão pedagógica quanto na financeira (CARVALHO, 2013, p. 19).

Para se atingir a autonomia financeira objetivada no Programa de Autonomia Escolar de Minas Gerais foram implementadas diversas medidas. Tais medidas dizem respeito aos procedimentos de prestação de contas e ao direcionamento de responsabilidades no repasse e execução dos recursos, conforme cita Mattos (1999).

Uma grande mudança foi o repasse de recursos financeiros às unidades escolares, tendo em vista que anteriormente ao Programa de Autonomia Escolar as compras eram executadas pela Secretaria de Estado da Educação, e, após tal programa, a Secretaria iniciou o processo de repasse financeiro às escolas, permitindo as mesmas determinarem onde e de qual forma gastar uma parcela desses recursos, pois, em alguns casos, conforme a natureza do repasse, o recurso já chega pré-definido com relação ao gasto, conforme ressalta Mattos (1999).

Pela nova política educacional a Caixa Escolar é responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros, administrando a execução da verba. São transferidos recursos para o financiamento de custos e despesas inerentes ao cotidiano da escola tais como: aquisição de material para manutenção e custeio, aquisição de merenda escolar, contratação de serviços para escola, entre outros.

Embora o conceito de Caixa Escolar seja antigo no nosso país, somente em 13/11/1995, de acordo com a resolução 001/95, se constitui a entidade de caráter privado como conhecemos hoje. Cabral Neto e Almeida (2000) discorrem sobre tal constituição:

O aspecto financeiro prioriza a criação e a implantação da Caixa Escolar, que se configura como uma entidade de caráter privado, objetivando a captação de recursos públicos e privados. A Caixa Escolar, criada pela Resolução nº 001/95, de 13/11/95, se constitui um organismo institucional com a responsabilidade de gerenciar os recursos financeiros destinados à unidade escolar. São recursos próprios da Caixa Escolar: as subvenções do Estado; auxílios concedidos pela União, Estado e municípios; renda decorrente de exploração de cantinas e de outros serviços instituídos pela escola; contribuição das famílias; parcerias; e de recursos de outras instâncias da comunidade (CABRAL NETO; ALMEIDA, 2000, p. 43).

A resolução supracitada discorria também sobre as exigências legais para constituição da Caixa Escolar. Cabral Neto e Almeida (2000) observam que a Caixa Escolar deve ser constituída de três órgãos: Assembleia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal.

Já Mattos (1999) cita outros fatores que são exigidos para constituição da Caixa Escolar, segundo o autor:

Desde o início da implementação dessa política de autonomia escolar, o Estado exige algumas condições para que se efetue o repasse de recursos financeiros às escolas. Essas exigências são: plano de aplicação de recursos aprovado pelo colegiado escolar; operação dos recursos em banco; compras com nota fiscal e prestação de contas fiscalizada aprovada pelos representantes do colegiado (MATTOS, 1999, p. 69).

Após a publicação da resolução em 1995 o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) instaurou o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que foi o primeiro programa de transferência de recursos da federação diretamente para as escolas, conforme explica Moreira (2012). A autora explicita que inicialmente o PDDE era destinado somente às unidades escolares de ensino fundamental e o fato inovador era a transferência de recursos da união diretamente para as caixas escolares, sem a interferência das Secretarias de Educação. Com tal programa se amplia o processo de autonomia das escolas.

Mattos (1999) ressalta que após a efetiva descentralização financeira, a Secretaria de Estado de Educação fez um estudo que destaca os benefícios para a comunidade escolar, são eles:

- liberdade para gastar em prioridades estabelecidas pela própria escola no Plano de Desenvolvimento da Escola, discutidas com o Colegiado;
- economia de tempo considerando que o diretor não necessita sair em busca de recursos financeiros na comunidade;
- simplificação burocrática uma vez que há a dispensa do processo de licitação;
- eliminação do clientelismo político;
- aperfeiçoamento do processo de fiscalização - a fiscalização pela comunidade é mais eficiente (MATTOS, 1999, p.70).

Como descreve Guedes (2012), após tais acontecimentos o Governo Federal vem utilizando um artifício legal que reedita medidas provisórias a fim de legalizar o regimento das Caixas Escolares, previsto na constituição.

Guedes (2012) explicita que, a assistência financeira pode ser repassada de três formas: por intermédio de suas Entidades Executoras (EEx), Unidades Executoras próprias (UEX) e Entidades Mantenedoras. O autor observa que critério utilizado para quantificação do envio de verbas é o número de alunos matriculados na educação básica pública (estadual, municipal e do Distrito Federal), de acordo com dados extraídos do censo escolar, realizado pelo Ministério da Educação no exercício anterior ao do repasse.

Nos dias atuais a resolução vigente é a de número 3 670 de 28 de dezembro de 2017, na qual regulamenta o “disposto no Decreto Estadual nº 45 085, de 08 de abril de 2009, que dispõe sobre a transferência, utilização e prestação de contas de recursos financeiros repassados às caixas escolares vinculadas às unidades estaduais de ensino” (MINAS GERAIS, 2017, p.1).

3 METODOLOGIA

O presente estudo pode ser definido como uma pesquisa qualitativa e quantitativa de cunho descritivo, por ter como objetivo fundamental identificar, descrever e analisar os recursos previstos e efetivamente disponibilizados à Caixa Escolar da Escola Alfa.

Para Gil (1999, p. 144) a pesquisa descritiva “têm como objetivo primordial à descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de variáveis”. Este tipo de pesquisa tem ainda, como características marcantes, a utilização de técnicas padronizadas para coletar seus dados, complementa Longaray (2003).

Perovano (2014) ressalta que a pesquisa de cunho descritivo tem como objetivo à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo. Esse tipo de pesquisa pode ser entendido como um estudo de caso onde, após a coleta de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para uma posterior determinação dos efeitos resultantes em uma empresa, sistema de produção ou produto.

Para se chegar ao objetivo proposto o método de análise científica utilizado foi de cunho qualitativo-quantitativo. Richardson (1989) explica que a pesquisa quantitativa se define pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentuais, médias, desvio padrão, às mais complexas como coeficiente de correlação e análise de regressão e é caracterizado pelo emprego da quantificação, tanto na parte de coleta de informações, quanto na análise de tais informações através de métodos estatísticos, desde os mais simples até os mais complexos. Nesse sentido foram analisados os valores dos termos de compromisso disponibilizados, confrontando-os com as verbas efetivamente depositadas para a escola Alfa. Silva e Menezes (2005) apresenta o conceito de pesquisa quantitativa:

Pesquisa Quantitativa: considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos de técnica estatística (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.) (SILVA e MENEZES, 2005, p. 20).

Já a pesquisa qualitativa considera que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é um vínculo que não se dissocia entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20). Flick (2009) explicita que a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida, segundo o autor a pesquisa qualitativa trabalha com textos, de forma sucinta Flick ressalta que “o processo da pesquisa qualitativa pode ser representado como sendo um caminho da teoria ao texto e outro caminho do texto de volta a teoria”.

Tendo em vista as definições de pesquisa, o presente trabalho denomina-se qualitativo-quantitativo devido à utilização de dados numéricos, portanto, de cunho quantitativo, bem como, a interpretação e análise de entrevistas semiestruturadas aplicados ao público envolvido no problema da pesquisa, ressaltando seu cunho qualitativo.

Quanto aos meios utilizados para o desenvolvimento do trabalho, optou-se pela utilização de pesquisa bibliográfica e documental, juntamente com a pesquisa de campo (aplicação de entrevistas semiestruturadas).

A primeira teve como objetivo o levantamento de material para a construção da base teórica. Nessa etapa, realizou-se um levantamento bibliográfico, através de sites de organizações que regulamentam o objeto de estudo, artigos publicados em periódicos e livros relevantes sobre o tema. Lakatos e Marconi (2004) enfatiza que, toda pesquisa que se utiliza total ou parcial de fontes como os livros, as publicações periódicas, fitas gravadas de áudio e vídeo, web sites, relatórios de simpósios, seminários, anais de congresso entre outros, têm caráter bibliográfico.

Para análise documental, além de normativos específicos que tratam das caixas escolares, foram disponibilizados pela escola Alfa os termos de compromisso vigentes no ano de 2017 e os extratos bancários de todas as contas da escola, caracterizando o caráter documental da pesquisa. Segundo Lakatos e Marconi (2010, p. 157) a pesquisa documental: “é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escrita ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre ou depois”.

No segundo momento, passou-se a trabalhar com outros meios investigativos aplicados na pesquisa descritiva. Segundo Matar (1999), há dois tipos de pesquisas descritivas, o levantamento de campo e os estudos de campo. A diferença entre estes dois tipos de pesquisa está na grande amplitude e na pouca profundidade do levantamento de campo e na média amplitude e profundidade dos estudos de campo. Trata-se, neste estudo, de pesquisa de campo, por se tratar de fatos coletados, observados e posteriormente analisados a partir da utilização do questionário distribuído aos funcionários e alunos da escola.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas em dezoito funcionários da escola: uma diretora; uma vice-diretora; uma secretária; um assistente técnico financeiro; duas assistentes técnicas de educação básica; quatro auxiliares de serviços gerais; quatro professores; e quatro alunos. Ressalta-se que dois destes alunos pertencem ao colegiado escolar. É importante destacar que a entrevista contava com perguntas abertas e fechadas.

No que tange ao levantamento como meio de pesquisa descritiva, Gil (1999) ressalta que, além da multiplicidade de tipos, os levantamentos desenvolvem-se ao longo de várias fases e, de um modo geral, apresentam a seguinte sequência: especificação dos objetivos, operacionalização dos conceitos e variáveis, elaboração do instrumento de coleta de dados; pré-teste do instrumento, seleção da amostra, coleta e verificação dos dados; análise e interpretação dos dados; apresentação dos resultados.

O presente trabalho foi desenvolvido em quatro etapas: definição dos objetivos e relevância da pesquisa, levantamento e coleta dos dados, análise e interpretação dos dados, elaboração do trabalho apresentando o resultado encontrado.

4 A ESCOLA ESTADUAL ALFA

A Escola Estadual Alfa foi criada a partir do Decreto-Lei 1 514, de 11 de dezembro de 1945 e teve sua inauguração nesse mesmo ano. Inicialmente a Escola Estadual Alfa era um Grupo Escolar, nomenclatura dada às escolas que disponibilizavam aos alunos somente os anos iniciais da vida escolar.

No ano de 1979, com a publicação da Resolução 2 813/79, a Escola Estadual Alfa passou a oferecer a extensão de série, o que significa que a unidade escolar passou a ofertar todas as séries do ensino fundamental.

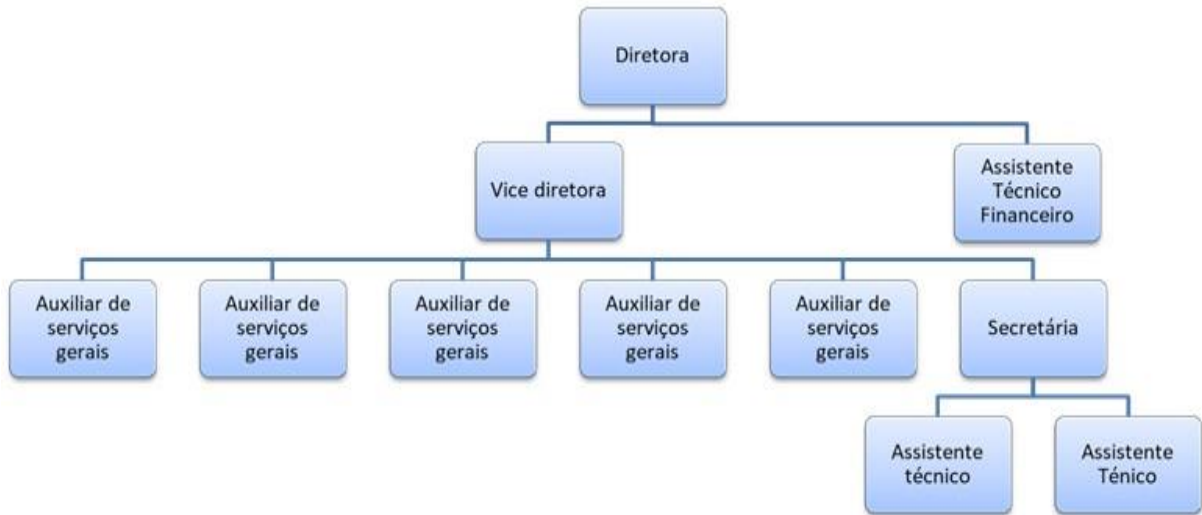
Somente no ano de 2005, por meio da Decreto 44 193, de 28 de dezembro de 2005, foi implementado o Ensino Médio na Escola Estadual Alfa. A supracitada resolução trouxe duas mudanças significativas: oferta do Ensino Médio aos alunos; e extinção dos anos iniciais da vida escolar na unidade escolar Alfa.

Após as mudanças provindas da Resolução 44 193/05, a Escola passou a ofertar do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, fato no qual, permanece até os dias atuais.

No ano de 2017 a escola contava com 216 (duzentos e dezesseis) alunos, sendo que 58 (cinquenta e oito) estão no ensino fundamental (6º ao 9º ano) e 158 (cento e cinquenta e oito) estão no ensino médio.

O quadro administrativo da escola é reduzido, fazem parte: uma diretora, uma vice-diretora, uma secretária, dois assistentes técnicos, um assistente técnico financeiro e cinco auxiliares de serviços gerais. A Figura 1 mostra a estrutura hierarquia e funcional do quadro administrativo da escola:

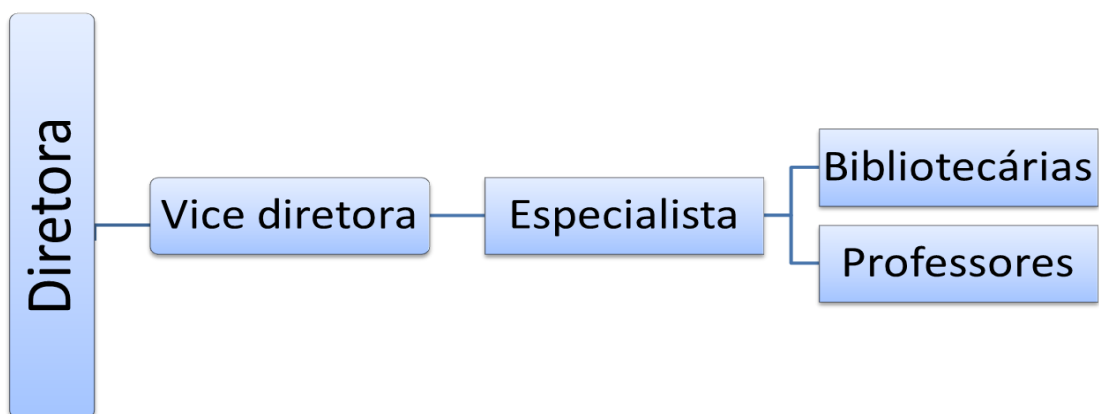
Figura 1 – Estrutura hierárquica e funcional da Escola Estadual Alfa



Fonte: Elaboração do autor.

A Escola conta, também, com os seguintes profissionais da área pedagógica: uma especialista em educação; duas bibliotecárias; e vinte e sete professores. A Figura 2 explicita a relação hierárquica entre eles.

Figura 1 – Relação hierárquica entre direção e profissionais da área pedagógica

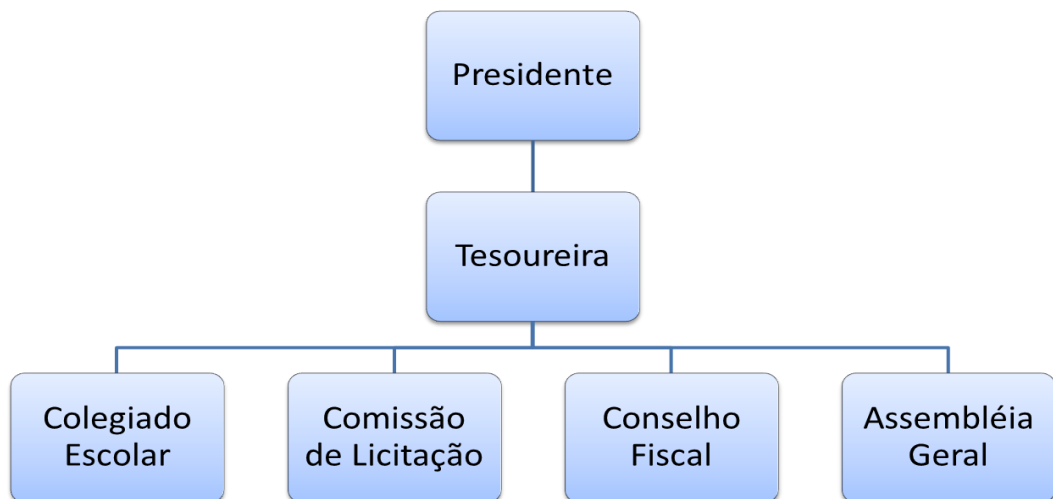


Fonte: Elaboração do autor.

Para entender o funcionamento da Caixa Escolar Alfa, deve-se compreender que a Caixa Escolar é uma organização jurídica ligada à escola, no entanto, com natureza hierárquica e administrativa totalmente independente da Escola Estadual Alfa.

Compõem a Caixa Escolar Alfa: presidente, que no caso específico da Escola Alfa é a diretora da escola; tesoureira, que na escola Alfa é a secretária da escola; conselho fiscal, composto de funcionários da escola; colegiado escolar, composto de membros da comunidade escolar, tais como, alunos, pais e funcionários; comissão de licitação, composto por membros da unidade escolar; além do conselho de assembleia geral, que se trata de todos os membros da comunidade escolar, (pais, alunos e funcionários). Para melhor explicitar a hierarquia da Caixa Escolar Alfa vale observar a Figura 3.

Figura 2 – Estrutura orgânica da Caixa Escolar Alfa



Fonte: Elaboração do autor.

É importante ressaltar que os órgãos que compõem a Caixa Escolar possuem funções distintas, no entanto, com a mesma posição hierárquica.

O colegiado escolar tem como função a aprovação de aquisição de bens e serviços com valores inferiores à R\$ 8.000,00 (oito mil reais). É, também, responsável pela aprovação

das prestações de conta dos termos de compromisso, além de conceder alguns pareceres importantes¹ para decisão da Caixa Escolar.

A comissão de licitação tem o dever de administrar, fiscalizar e aprovar os procedimentos licitatórios feitos pela Caixa Escolar.

O Conselho Fiscal é responsável pela avaliação e aprovação dos demonstrativos financeiros feitos pela Caixa Escolar.

Quanto ao Conselho de Assembleia Geral tem por responsabilidade a aprovação de questões importantes para o futuro da unidade escolar, como, a aderência de programas de incentivo financeiro ou pedagógico, a aprovação e alteração do estatuto da Caixa Escolar Alfa e a eleição de administradores da Caixa Escolar.

Considerando a estrutura da Caixa Escolar Alfa, a seguir, será abordado sua principal fonte de recursos, os termos de compromisso.

¹ O colegiado escolar também concede seu parecer em algumas questões referentes à caixa escolar, como, por exemplo, cores que serão empregadas em uma pintura do prédio escolar.

5 TERMOS DE COMPROMISSO DAS CAIXAS ESCOLARES DE MINAS GERAIS

Para a manutenção, aquisição e custeio das caixas escolares do estado de Minas Gerais são disponibilizados recursos provindos das esferas estadual e federal. Tais recursos são distribuídos às escolas por meio da Superintendência Regional de Ensino de Minas Gerais (SRE-MG).

De um âmbito mais específico a Resolução da Secretaria de Estado da Educação (SEE) 3 670, de 28 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a transferência, utilização e prestação de contas de recursos financeiros repassados às caixas escolares vinculadas às unidades estaduais de ensino, em seu artigo 1º, discorre sobre às caixas escolares e define o que são e os requisitos gerais necessários para que os recursos mencionados sejam repassados as escolas estaduais, da seguinte forma:

Art. 1º - A transferência de recursos da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) para as caixas escolares, associações civis com personalidade jurídica de direito privado vinculado às respectivas unidades estaduais de ensino, objetivando a manutenção e conservação da unidade e a realização de projetos e atividades educacionais, será efetivada mediante a elaboração de plano de trabalho e celebração de termo de compromisso, observadas as disposições do Decreto Estadual nº 45.085/09 e a legislação em vigor (MINAS GERAIS, 2017, p. 1).

A Caixa Escolar, como já explicitado, compõe-se de três órgãos: Assembleia Geral (todos os associados da Caixa); Diretoria (presidente, secretário e tesoureiro); Conselho Fiscal (três membros escolhidos entre os pais e representantes da comunidade). É necessário ressaltar que para as Caixas Escolares receberem os recursos financeiros dos termos de compromissos supracitados na resolução da SEE, deverá possuir estes três órgãos devidamente regulamentados, registrados em cartório e documentados junto à superintendência regional de ensino.

Tendo em vista as exigências referentes às documentações de Caixas Escolares, a Resolução 3 670/2017, em seu artigo 2º, destaca que, somente poderão receber recursos da Superintendência Regional de Ensino as Caixas Escolares que apresentarem, anualmente, até o último dia do mês de fevereiro do ano subsequente, os seguintes documentos: ato constitutivo registrado em cartório; Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) devidamente regularizado; regulamento próprio de Licitação aprovado em Assembleia Geral; parecer do Conselho Fiscal atestando aprovação da administração financeira do ano anterior; balanço

patrimonial do exercício anterior ou demonstrativo financeiro evidenciando as receitas e despesas; comprovante de regularidade fiscal junto às declarações obrigatórias que as caixas Escolares são obrigadas a declarar: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Declaração de Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e Declaração de Créditos e Débitos de Tributos Federais (DCTF).

De acordo com a mesma resolução citada, após a verificação e análise da regularidade dos documentos relacionados pela Superintendência Regional de Ensino (se for aprovados) deverá ser feito o lançamento no “Sistema de Controle de Documentos das Caixas Escolares” para habilitação das caixas escolares.

Em conformidade com as exigências da mencionada resolução são disponibilizadas às Caixas Escolares pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG) os termos de compromissos e os planos de trabalho já elaborados com o valor do capital a ser disponibilizado de acordo com as necessidades da escola.

É de responsabilidade da SEE-MG publicar:

§ 8º - A SEE-MG publicará os extratos dos termos de compromisso no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, observando os seguintes requisitos:

I - número do termo de compromisso;

II - data;

III- nome da caixa escolar;

IV - CNPJ;

V - escola beneficiada;

VI - município;

VII - objeto pactuado;

VIII - valor;

IX - elemento de despesa; e

X - vigência (MINAS GERAIS, 2017, p. 6).

É importante ressaltar que os termos de compromisso são elaborados de acordo com dois critérios:

a) Termos que são disponibilizados anualmente e de forma constante. Tais termos são elaborados anualmente devido à necessidade constante da escola por tal recurso. Referem-se à Alimentação Escolar, Manutenção e Custeio e Programa Dinheiro Direto na Escola. Estes não precisam ser solicitados pela escola.

b) Termos que são disponibilizados de acordo com uma necessidade específica da escola. Para a celebração do termo em questão a escola solicita a verba necessária, por meio de ofício com o plano de trabalho em anexo, para alguma necessidade específica, um exemplo disso é a instalação de câmeras ou alguma reforma necessária.

No primeiro caso a Superintendência Regional de Ensino disponibiliza o valor da verba do termo de compromisso de acordo com o número de estudantes e turmas registradas no Censo Escolar, conforme é explicitado no site. No segundo caso o valor é disponibilizado de acordo com o plano de trabalho apresentado.

Após análise e aprovação, o termo deverá ser assinado pelo dirigente máximo da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e pelo Presidente da Caixa Escolar, no qual deverá estar descrito à funcionalidade do termo (plano de trabalho) e o valor no qual será disponibilizado para execução do plano de trabalho em questão.

É importante ressaltar que a partir da resolução 3 670/2017 os presidentes das Caixas Escolares são condicionados à apresentação dos saldos bancários à SEE-MG de todas as contas pertencentes à relativa caixa escolar até o 5º dia útil de todos os meses para aprovação da liberação de recursos pertencentes aos termos de compromisso. De acordo com o parágrafo 4º do artigo 3º da mesma resolução:

A inadimplência na apresentação dos saldos bancários no prazo estabelecido no §2º ou de emissão da autorização prevista no §3º acarretará a suspensão imediata de novas transferências de recursos para a Caixa Escolar, até que seja regularizada a apresentação das informações ou documentos pertinentes (MINAS GERAIS, 2017, p. 2).

Após o êxito na habilitação da caixa escolar e a liberação dos recursos é necessário ressaltar que a execução do termo só poderá ocorrer de acordo com o plano de trabalho expressa no termo de compromisso, observando a classificação orçamentária do repasse, conforme cita o artigo 7º da Resolução 3 670/2017.

Conforme o artigo 6º da mesma supracitada Resolução a Superintendência Regional de Ensino poderá repassar as caixas escolares recursos financeiros destinados a:

I - à manutenção da unidade de ensino: contratação de pessoas físicas e/ou jurídicas para execução de serviços, realização de despesas de custeio em geral e aquisição de material de consumo para garantir o adequado funcionamento da unidade de ensino, tais como:

- manutenção e pequenos reparos de rede física, de equipamentos, de mobiliário escolar e móveis, de utensílios, de máquinas e de equipamentos de informática;
- materiais de limpeza e higiene, esportivo, secretaria, suprimentos de informática e material escolar;
- utensílios de refeitório e cozinha, classificados como bens de consumo na categoria de despesas correntes;
- regime especial de adiantamento para cobertura de despesas de pronto pagamento, que consiste em manter em caixa numerário para a realização de despesas miúdas de caráter emergencial e/ou eventual que não se enquadram nos procedimentos usuais de licitação e contratação.

II - Alimentação Escolar: aquisição de gêneros alimentícios para elaboração de alimentação escolar a ser oferecida aos educandos e aos servidores da escolar, quando tiver dotação específica, considerando os cardápios e padrões nutricionais encaminhados pela SEE-MG;

III - à realização de obras de construção, ampliação, reforma ou adequação do prédio escolar, conforme planilha e/ou projeto básico previamente aprovados pela SEE-MG;

IV - à aquisição de mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento da unidade de ensino;

V - ao atendimento de projetos ou atividades pedagógicas específicas previamente aprovados (MINAS GERAIS, 2017).

Após explicitado o processo de liberação de recursos com base na resolução vigente para administração e execução de caixas escolares em Minas Gerais, passa-se, a seguir, à análise de forma mais específica da Caixa Escolar da Escola Estadual Alfa.

6 TERMOS DE COMPROMISSO DA ESCOLA ALFA

A escola Alfa tem como principal fonte de recursos, 12 (doze) termos de compromisso em vigência e um contrato de depósito que é o pagamento do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), não feito por termos de compromisso e sim por meio de contrato.

A somar dos valores de todos os termos de compromisso mais o PDDE, referentes ao exercício de 2017, perfazem um montante de R\$ 852.763,63 (oitocentos e cinquenta e dois mil e setecentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos). O detalhamento desse montante, demonstrado os todos os termos de compromisso pertencentes ao exercício de 2017, sua descrição (plano de ação), o valor a ser depositado e a vigência do termo segue expresso na Tabela 1.

Tabela 1 – Termos de compromisso e contrato do programa dinheiro direto na escola (PDDE) da Caixa Escolar Alfa – 2018

(Continua)

Termo de Compromisso	Destinação do gasto	Vigência		Valor R\$
		Início	Término	
868846/2017	Material permanente de informática	29/08/2017	31/12/2018	2 000,00
865213/2017	Peças de reposição e contratação de serviços de informática	29/08/2017	31/12/2018	4 000,00
858709/2017	Serviços de conectividade	28/04/2017	31/05/2018	4.800,00
857099/2017	Beneficiar os alunos com alimentação escolar (Estadual)	18/04/2017	31/01/2018	23 100,00
826618/2017	Instalação de rede lógica e elétrica	06/07/2016	15/10/2017	7 787,66
861656/2017	Manutenção, custeio e conservação da unidade escolar	07/08/2017	31/08/2018	33.695,00
808496/2015	Aquisição de material permanente de catálogo literário	16/12/2015	30/12/2018	7 990,00
810914/2015	Fundo de manutenção predial	19/12/2015	31/12/2018	19 161,45
814151/2015	Ampliação/reforma de prédio escolar	28/12/2015	30/06/2018	300 000,00

Tabela 1 – Termos de compromisso e contrato do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) da Caixa Escolar Alfa – 2018

(Conclusão)

Termo de Compromisso	Destinação do gasto	Vigência		Valor R\$
		Início	Término	
718738/2013	Ampliação/reforma de prédio escolar	17/05/2013	30/04/2019	391 130,52
839575/2017	Beneficiar os alunos com alimentação escolar (Federal)	15/03/2017	31/01/2018	25.056,00
787576/2015	Ampliação/reforma de prédio escolar	02/10/2015	30/06/2017	24.468,00
Não tem TC	PDDE	01/02/2017	31/01/2018	9.575,00
TOTAL				852.763,63

Fonte: Termos de compromisso firmados pela Caixa Escolar Alfa e contrato do PDDE - 2013- 2017.

Nota: PDDE = Programa Dinheiro Direto na Escola. TC = Termo de compromisso

É importante ressaltar que dentre os termos vigentes na escola Alfa no ano de 2017, três são essenciais para o funcionamento da unidade escolar: manutenção, custeio e conservação do prédio escolar; alimentação escolar estadual; e alimentação escolar federal.

Para o melhor entendimento do proposto trabalho, será apresentado cada termo e sua função na unidade escolar.

O termo de compromisso de número 868846/2017 se refere ao material permanente de informática. Se nos atentarmos a realidade escolar o termo de compromisso em questão é utilizado para compra de bens permanentes (duráveis) tais como: Computadores, HD's externos para backup, notebooks, retroprojetores, projetor multimídia, switches, entre outros.

Já o termo de compromisso de número 865213/2017 se refere peças de reposição e contratação de serviços de informática. Tal verba é alocada no conserto de bens permanentes relacionados à informática, em suma, esta verba é útil em casos de emergências como, por exemplo, falha na internet e mau funcionamento de computadores.

O termo de compromisso 858709/2017 se refere ao pagamento das contas de internet. Tal termo pode ser utilizado para reparo na internet e o pagamento das contas de internet (banda larga) às operadoras.

O termo 857099/2017 juntamente com o termo 839575/2017 são destinados à alimentação escolar dos alunos. Os dois termos são essenciais para a escola. Vale ressaltar que trinta por cento (30%) do recurso deve ser destinado à agricultura familiar, que se tratam de organizações que praticam atividades no meio rural, possuem área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família.

O termo 826618/2017 é utilizado para reparo e/ou instalação da rede elétrica da escola ou dos cabos que compõe a rede de internet dos computadores. Tal termo é necessário, pois como geralmente as escolas são antigas, necessitam de vários reparos e consertos na fiação.

O termo 861.656/2017 tem sua importância para a unidade escolar, na medida em que com os recursos provenientes deste são feitos todos os tipos de reparo necessários à escola, compra de material de escritório, aquisição de material de limpeza, bem como a contratação de alguns serviços de manutenção. Tal termo é chamado também de QESE que significa Quota Estadual de Salário Educação.

Já o termo 808496/2015 é utilizado para compra de livros literários para os alunos. Vale ressaltar que os livros didáticos são fornecidos pelo governo do estado. Não há, portanto, verba para aquisição dos livros didáticos, uma vez que estes são de fornecimento do estado.

O termo 810914/2015 é destinado ao fundo de manutenção predial, sua verba é destinada, portanto, a adequação da estrutura física com relação às exigências da prefeitura, como por exemplo, manutenção de acessibilidade do passeio para pessoas cegas, entre outros.

Os termos 814151/2015, 718738/2013 e 787576/2015 são destinados às reformas do prédio escolar. Para melhor entendimento vale ressaltar que todas as necessidades da escola referente à unidade escolar física podem ser reformadas com a verba vinculada a tais termos, como por exemplo: troca do telhado, troca dos vidros, pintura da escola, troca de portas, entre outros.

A verba referente ao Programa Dinheiro na escola também faz parte da estrutura financeira que compõe a caixa escolar. Tal verba tem várias funcionalidades. É importante ressaltar que o contrato do PDDE tem uma divisão: uma parte é referente a gastos com custeio e uma parte é referente à gasto com capital. Cabe ao presidente da caixa escolar optar por qual porcentagem é adequada à escola, restringindo-se a no mínimo 30% da verba de menor porcentagem. A verba com custeio é destinada à gastos de manutenção, tais como contratação de serviços e compra de materiais não duráveis. A verba de capital é destinada a aquisição bens duráveis, tais como computadores, fogão, geladeira, quadros, entre outros. Para melhor classificação dos bens, o governo do estado de Minas Gerais fornece o Portal de Compras, site destinado à consulta dos bens e sua classificação.

Em suma, pode-se perceber que cada termo tem sua importância e relevância para o andamento das atividades da unidade escolar. É importante destacar que este estudo se refere ao exercício de 2017, contudo, vários termos de compromisso têm sua vigência abrangendo anos anteriores ou posteriores.

6.1 Depósitos Efetivos dos Termos de Compromisso da Escola Alfa

Para este estudo foi realizada uma análise dos depósitos efetivos dos termos de compromisso expostos na Tabela 1. É importante ressaltar que a referida Caixa Escolar Alfa possui uma conta para cada termo de compromisso, o que torna necessária a análise de todas as contas da Caixa Escolar.

De uma forma geral foi percebido que a maioria dos termos de compromisso vigentes no exercício de 2017 não receberam nenhum depósito. Após análise dos extratos de cada conta, verificou-se que foi depositado o valor total de R\$ 55.130,52 (cinquenta e cinco mil centro e trinta reais e cinquenta e dois centavos) no ano de 2017, referente apenas aos termos de compromisso. Para o Programa Dinheiro Direto na Escola não se constatou nenhum depósito.

Para o termo referente ao material permanente de informática (número 868846/2017) não foi depositado nenhum valor. Vale ressaltar, no entanto que, segundo informações do assistente técnico financeiro da Caixa Escolar Alfa, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) por meio de um pregão feito em 2015, adquiriu e

distribuiu entre as escolas novos computadores, projetores de multimídia e impressoras profissionais. Tais bens chegaram à unidade escolar no mês de janeiro de 2017. Especificamente para Escola Alfa foram enviados quatro computadores novos, um projetor de vídeo e uma impressora profissional. Segundo orientações da SEE-MG os computadores e as impressoras deverão ser utilizados para serviços administrativos.

O termo número 865213/2017, destinado à compra de peças de reposição e contratação de serviços de informática, também não recebeu verba. Para suprir a necessidade de tal termo, foi utilizado a verba destinada ao termo de manutenção, custeio e conservação da unidade escolar.

Já o termo referente a serviços de conectividade (858709/2017) não recebeu verba no ano de 2017. Para dar continuidade ao funcionamento de serviços administrativos que necessitam de internet, e as atividades aos alunos no laboratório de informática que também dependem da rede, o pagamento das contas de internet foi feito pelo termo número 861626/2017 (manutenção, custeio e conservação da unidade escolar), o que não é recomendável.

O termo de número 857099/2017 destinado à alimentação escolar dos alunos, pago pela esfera estadual, recebeu o depósito de R\$ 6.930,00 (seis mil novecentos e trinta reais) durante o exercício de 2017. Para demonstrar melhor os gastos e depósitos do termo (TABELA 2).

Tabela 2 – Depósitos realizados e despesas referentes ao termo de compromisso 857.099/2017

(Continua)

Alimentação Escolar Estadual			
Saldo Inicial			0
Mês	Dia	Entrada (R\$)	Saída (R\$)
Julho	04/07/2017	4.620,00	-
Novembro	10/11/2017	222,00	-
	10/11/2017	2.088,00	-
	10/11/2017	-	129,55
	10/11/2017	-	129,55
	10/11/2017	-	712,86
	13/11/2017	-	4.608,92

Tabela 2 – Depósitos realizados e despesas referentes ao termo de compromisso 857.099/2017

(Conclusão)

Alimentação Escolar Estadual			
Saldo Inicial			0
Dezembro	28/12/2017	-	303,40
	29/12/2017	-	129,55
Total		6.930,00	6.013,83

Fonte: Extratos bancários de 2017 da Caixa Escolar Alfa.

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Conforme evidenciado no quadro 1 foram gastos R\$ 6.013,83 (seis mil e treze reais e oitenta e três centavos) e arrecadado R\$ 6.930,00 (seis mil novecentos e trinta reais). É importante destacar que o termo de alimentação escolar é dividido da seguinte forma: 30% (trinta) de agricultura familiar; 70% (setenta) de merenda escolar. Foi constatado que dos gastos totais no exercício de 2017, R\$ 4.608,92 (quatro mil seiscentos e oito reais e noventa e dois centavos) referem-se à merenda escolar, enquanto R\$ 1.404,91 (mil quatrocentos e quatro reais e noventa e um centavos) referem-se a gastos com a agricultura familiar. Se compararmos o valor disponível com o valor utilizado, percebe-se que foi gasto 86,78% da verba. Tal fato ressalta a importância do termo de compromisso para a unidade escolar.

No que se refere ao termo de compromisso número 826618/2017, destinado à instalação de rede lógica e elétrica, não foi disponibilizada nenhuma verba.

No que tange ao termo referente à manutenção, custeio e conservação da unidade escolar (termo 861656/2017) foi depositado o valor de R\$ 19.328,52 (dezenove mil trezentos e vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos). No entanto, conforme evidenciado no quadro 2, foram gastos R\$ 36.307,46 (trinta e seis mil trezentos e sete reais e quarenta e seis centavos). Conforme citado, pode-se concluir que foram gastos R\$ 16.978,94 (dezesesseis mil novecentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos) a mais do que o valor disponibilizado. Ao analisar os extratos disponibilizados pela escola Alfa foi evidenciado que no início do exercício de 2017, a caixa escolar apresentava um saldo residual de R\$ 19.081,13 (dezenove mil e oitenta e um reais e treze centavos) em conta corrente. Tal valor é referente ao saldo residual referente

à manutenção, custeio e conservação da unidade escolar de exercícios passados, possibilitando assim gastar mais do que recebido no exercício de 2017 (TABELA 3).

Tabela 3 – Depósitos realizados e despesas referentes ao termo de compromisso 861.656/2017

(Continua)

Manutenção e custeio			
Saldo inicial		19.091,13	
Mês	Dia	Entrada (R\$)	Saída (R\$)
Janeiro	06/01/2017	-	7.070,22
	12/01/2017	-	11.739,46
Janeiro	20/01/2017	2.116,88	-
	20/01/2017	2.183,85	-
	31/01/2017	68,08	-
	31/01/2017	68,98	-
	31/01/2017	-	-
	31/01/2017	-	265,64
	31/01/2017	-	216,44
Fevereiro	14/02/2017	-	160,00
	17/02/2017	-	206,33
	22/02/2017	-	1.160,00
	23/02/2017	68,98	-
Março	10/03/2017	3.342,75	-
	22/03/2017	-	211,68
	28/03/2017	68,98	-
Abril	25/04/2017	-	189,89
	25/04/2017	-	5.031,35
	25/04/2017	-	3.029,30
Maio	18/05/2017	-	189,89
	31/05/2017	-	590,00

Tabela 3 – Depósitos realizados e despesas referentes ao termo de compromisso 861.656/2017

(Conclusão)

Manutenção e custeio			
Saldo inicial		19.091,13	
Mês	Dia	Entrada (R\$)	Saída (R\$)
Junho	05/06/2017	2.926,17	-
	05/06/2017	3.018,75	-
	23/06/2017	-	193,52
	26/06/2017	-	150,00
Julho	03/07/2017	-	290,00
	20/07/2017	-	193,52
Agosto	14/08/2017	-	92,80
	25/08/2017	-	193,52
Setembro	20/09/2017	-	455,50
	22/09/2017	1.233,38	-
	22/09/2017	1.293,75	-
	27/09/2017	-	200,46
Outubro	23/10/2017	-	235,20
	25/10/2017	-	200,46
Novembro	23/10/2017	-	235,20
	25/10/2017	-	200,46
	07/11/2017	-	3.030,47
	09/11/2017	1.126,72	-
	10/11/2017	1.811,25	-
Dezembro	23/11/2017	-	206,46
	23/11/2017	-	4,99
Total		19.328,52	36.307,46

Fonte: Extratos bancários de 2017 da Caixa Escolar Alfa.

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Do gasto total de R\$ 36.307,46 (trinta e seis mil trezentos e sete reais e quarenta e seis centavos) apresentados na Tabela 3, foi verificado que, R\$ 26.870,33 (vinte e seis mil oitocentos e setenta reais e trinta e três centavos) referem-se a gastos com limpeza e conservação

da unidade escolar, R\$ 3.030,47 (três mil e trinta reais e quarenta e sete centavos) foram gastos com pagamento do imposto da prefeitura de Belo Horizonte, R\$ 1.160,00 (mil cento e sessenta reais) referem-se a gastos com gás de cozinha e R\$ 5.246,66 (cinco mil duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos) à pequenos reparos e manutenção, tais como, conserto de computador, pagamento de telefone, chaveiro para conserto de portas, entre outros. Constatou-se dessa forma a relevância do termo 861.656/2017 para a Escola Alfa.

Para o termo firmado para aquisição de material permanente de catálogo literário (número 808.496/2015) não foi disponibilizado nenhuma verba. É necessário destacar que os livros didáticos, como dito anteriormente, são disponibilizados pela Secretaria de Educação e que, frequentemente são feitos programas de incentivo em que as Unidades Escolares podem escolher dentre vários livros de literatura os que mais se adequam ao gosto dos alunos, que são também enviados pela Secretaria de Educação, sem a necessidade do termo de compromisso.

Para o termo 810.914/2015 referente ao fundo de manutenção predial não foi constatado depósito. Isso ocorreu também com os termos 814.151/2015 e o termo 787.576/2015 ambos referentes à ampliação/ reforma do prédio escolar.

Para o termo destinado à alimentação escolar de origem federal (número 839.575/2017) foi depositado o valor de R\$ 28.872,00 (vinte e oito mil oitocentos e setenta e dois reais). Foi observado que o valor do termo de compromisso é de R\$ 25.056,00, foi depositado, no entanto, uma quantia maior que o total do termo. Este valor a maior refere-se a valores de depósitos de termos de alimentação escolar anteriores, não efetivamente disponibilizados na época certa. Para evidenciar melhor as receitas e os gastos do termo (TABELA 4).

Tabela 4 – Depósitos realizados e despesas referentes ao termo de compromisso 839.575/2017

(Continua)

Alimentação Escolar Federal			
Saldo Inicial		0	
Mês	Dia	Entrada R\$	Saída R\$
Janeiro	06/01/2017	-	1.151,66
	06/01/2017	-	982,41
	12/01/2017	-	590,09
	12/01/2017	-	5.539,99
	20/01/2017	882,00	-
Fevereiro	28/02/2017	0,00	0
Março	03/03/2017	2.346,00	-
	13/03/2017	588,00	-
	31/03/2017	813,60	-
	31/03/2017	1.692,00	-
Abril	20/04/2017	2.505,60	-
Maio	12/05/2017	2.505,60	-
Junho	22/06/2017	2.505,60	-
Julho	24/07/2017	2.505,60	-
Agosto	22/08/2017	2.505,60	-
Setembro	19/09/2017	2.505,60	-
Outubro	20/10/2017	2.505,60	-
	24/10/2017	-	4.991,28
	24/10/2017	-	5.001,18
Novembro	07/11/2017	-	606,80
	10/11/2017	-	860,64
	10/11/2017	-	429,20
	10/11/2017	-	713,04
	10/11/2017	-	151,70
	10/11/2017	-	860,64
	21/11/2017	2.505,60	-

Tabela 4 – Depósitos realizados e despesas referentes ao termo de compromisso 839.575/2017

(Conclusão)

Alimentação Escolar Federal			
Saldo Inicial		0	
Mês	Dia	Entrada R\$	Saída R\$
Dezembro	04/12/2017	-	2.500,59
	19/12/2017	2.505,60	-
	26/12/2017	-	129,55
	28/12/2017	-	4.029,61
	29/12/2017	-	303,40
TOTAL		28.872,00	28.841,78

Fonte: Extratos bancários de 2017 da Caixa Escolar Alfa.

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Observado o Tabela 4 pode-se perceber que o valor recebido foi de R\$ 28.872,00 (vinte e oito mil oitocentos e setenta e dois reais) e o valor gasto foi de R\$ 28.841,78. O que significa gastos de 99,90% da verba disponibilizada para alimentação escolar, o que evidencia a importância do termo para a unidade escolar. Do termo em questão 30% é destinado à alimentação escolar. Até o final do exercício de 2017 foram gastos R\$ 6.779,13 (seis mil setecentos e setenta e nove reais e treze centavos) destinados à agricultura familiar e R\$ 22.062,65 (vinte e dois mil e sessenta e dois reais e sessenta e cinco centavos) destinados à merenda regular.

Referente ao termo número 718.738/2013 destinado à ampliação/reforma do prédio escolar foi verificado a existência do R\$ 72.742,07 (setenta e dois mil setecentos e quarenta e dois reais e sete centavos) em conta corrente. A verba refere-se ao saldo residual de uma obra feita com recurso vinculado ao termo no ano de 2015. Foi informado que a caixa escolar utilizará o saldo remanescente para pintura da escola, troca dos vidros e das portas das salas. Por atrasos na preparação da documentação relativa à contratação de serviços de pintura, troca dos vidros e das portas, o valor remanescente somente foi utilizado em 2018.

Quanto o Programa Dinheiro Direto na Escola foi constatado a não realização do depósito no ano de 2017. Havia, no entanto, no início de 2017, saldo residual na conta corrente bancária no valor de R\$ 18.724,94 (dezoito mil setecentos e vinte e quatro reais e noventa e quatro centavos). A Tabela 5 explicita os gastos no exercício de 2017 com este programa.

Tabela 5 – Despesas do exercício de 2017 referentes ao Programa Dinheiro na Escola (PDDE)

Programa Dinheiro na Escola (PDDE)			
Saldo Inicial		18.724,94	
Meses	Dia	Entrada R\$	Saída R\$
Abril	18/04/2017	-	800,00
Agosto	09/08/2017	-	4.497,43
	09/08/2017	-	2.554,14
Total			7.851,57

Fonte: Extratos bancários de 2017 da Caixa Escolar Alfa.

Nota: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Pode-se perceber que foi gasto o valor total de R\$ 7.851,57, resultando no final do exercício um saldo de R\$ 11.710,32 (onze mil setecentos e dez reais e trinta e dois centavos), comprovados por extratos bancários disponibilizados. É necessário ressaltar que, do valor restante, R\$ 836,95 (oitocentos e trinta e seis reais e noventa e cinco centavos) foram receitas financeiras resultantes de investimento no fundo de renda fixa do Banco do Brasil.

Dos gastos realizados com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola foi informado que R\$ 2.554,14 (dois mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e quatorze centavos) foi aplicado na compra de bens permanentes (geladeira e fogão) e R\$ 5.297,43 (cinco mil duzentos e noventa e sete reais e quarenta e três centavos) foram gastos manutenção, mais especificamente, limpeza e despesas com alguns serviços necessários.

6.2 Situação entre verbas previstas e efetivamente disponibilizadas

De uma forma geral pode-se perceber que uma grande quantidade de recursos previstos nos termos de compromisso, referentes ao exercício de 2017, não foram efetivamente disponibilizados. Para demonstrar tal situação vale ressaltar que foi previsto o valor total de R\$ 852.763,63 (oitocentos e cinquenta e dois mil setecentos e sessenta e três reais e sessenta e três

centavos) e foi efetivamente depositado o valor total de R\$ 55.130,52 (cinquenta e cinco mil cento e trinta reais e cinquenta e dois centavos), o equivalente à 6,46% da verba total prevista.

É importante ressaltar que, do valor disponibilizado no ano de 2017, R\$ 4.404,00 (quatro mil quatrocentos e quatro reais) não foi equivalente a termos vigentes no exercício de 2017. Como dito anteriormente, tal valor se refere à depósito de termo de compromisso anterior (termo de alimentação escolar de origem federal) que não foi depositado. Assim, o valor efetivo disponibilizado pelos termos de compromisso no exercício de 2017 é R\$ 50.726,52 (cinquenta mil setecentos e vinte e seis reais e cinquenta e dois centavos), ou seja, 5,9% por cento do que estava previsto.

Ao somar todos os gastos da Caixa Escolar Alfa no exercício de 2017 é obtido um montante de R\$ 79.014,64 (setenta e nove mil e quatorze reais e sessenta e quatro centavos). Destaca-se que a Caixa Escolar Alfa realizou gastos com recursos de somente quatro termos de compromisso/ programas (contas): PDDE; alimentação escolar federal (termo 839575/2017); manutenção, custeio e conservação da unidade escolar (termo 861656/2017); alimentação escolar estadual (termo 857099/2017). O termo de compromisso mais utilizado no exercício de 2017 foi referente à manutenção, custeio e conservação da unidade escolar (termo 861656/2017), com gastos de R\$ 36.307,46 (trinta e seis mil trezentos e sete reais e quarenta e seis centavos), equivalente à 46% dos gastos totais. Já para a alimentação escolar dos alunos da unidade escolar alfa foi gasto o valor total R\$ 34.855,61 (trinta e quatro mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e um centavos), equivalente à 44 % dos gastos totais. Destes sendo, 36% (R\$ 28.841,78) referentes ao termo de alimentação federal e 8% (R\$ 6.013,83) relativos ao termo de alimentação estadual. Do programa dinheiro direto na escola (PDDE) foi utilizado o montante de R\$ 7.851,87 (sete mil oitocentos e cinquenta e um reais e oitenta e sete centavos), o equivalente à 10% dos gastos totais.

Notavelmente, no exercício de 2017, os saldos residuais foram de fundamental importância para o bom andamento da gestão das contas da Caixa Escolar Alfa. Estava disponível o valor total de R\$ 37.806,07 (trinta e sete mil oitocentos e seis reais e sete centavos) referentes a saldos residuais, ou seja, verbas que já estavam nas contas bancárias no início do exercício. Destas, R\$ 18.724,94 (dezoito mil setecentos e vinte e quatro reais e noventa e quatro centavos) referentes ao programa dinheiro direto na escola (PDDE) e R\$ 19.081,13 (dezenove

mil e oitenta e um reais e treze centavos) referente ao termo de compromisso para manutenção, custeio e conservação da unidade escolar.

Vale salientar que, em 2017, a Caixa Escolar Alfa apresentou déficit em suas contas, tendo em vista a ocorrência de despesas maiores que as receitas obtidas. Como dito anteriormente, foi gasto o valor total de R\$ 79.014,64 e arrecadado o montante de R\$ 55.130,52, registrando-se, no exercício de 2017, déficit de R\$ 23.884,12 (vinte e três mil oitocentos e oitenta e quatro reais e doze centavos). Para cobrir tal déficit foram utilizados os saldos residuais de exercícios anteriores.

Também foram captadas as percepções da comunidade escolar da Escola Estadual Alfa sobre as implicações da gestão da Caixa Escolar no seu cotidiano por meio de entrevistas (roteiro no apêndice A). Estas entrevistas buscaram captar a percepção dos respondentes quanto à suficiência das verbas disponíveis para a escola, a aplicação das verbas, conhecimento quanto ao processo de disponibilidade e aplicação de verbas destinadas à Caixa Escolar, além da obtenção de sugestões para a melhoria da unidade escolar.

Para melhor detalhamento da situação referente as verbas efetivamente disponibilizadas em relação as previstas, a Tabela 6 consolida essa realidade financeira abordada relativa aos contratos e os depósitos efetivados.

Tabela 6 – Relação entre verbas e valor efetivamente disponível – 2013-2017

(Continua)

Termo de compromisso	Descrição	Valor previsto (R\$)	Valor efetivamente disponível (R\$)
868846/2017	Material permanente de informática	2.000,00	0
865213/2017	Peças de reposição e contratação de serviços de informática	4.000,00	0
858709/2017	Serviços de conectividade	4.800,00	0
857099/2017	Beneficiar os alunos com alimentação escolar (estadual)	23.100,00	6.930,00
826618/2017	Instalação de rede lógica e elétrica	7.787,66	0

Tabela 6 – Relação entre verbas e valor efetivamente disponível – 2013-2017

			(Conclusão)
Termo de compromisso	Descrição	Valor previsto (R\$)	Valor efetivamente disponível (R\$)
861656/2017	Manutenção, custeio e conservação da unidade escolar	33.695,00	19.328,52
808496/2015	Aquisição de material permanente de catálogo literário	7.990,00	0
810914/2015	Fundo de manutenção predial	19.161,45	0
814151/2015	Ampliação/reforma de prédio escolar	300.000,00	0
718738/2013	Ampliação/reforma de prédio escolar	391.130,52	0
839575/2017	Beneficiar os alunos com alimentação escolar (federal)	25.056,00	28.872,00
787576/2015	Ampliação/reforma de prédio escolar	24.468,00	0
Não tem TC	PDCE	9.575,00	18.724,94

Fonte: Termos de compromisso e extratos da Caixa Escolar Alfa no exercício de 2017.

Nota: TC = Termo de compromisso. PDCE = Programa Dinheiro na Escola.

Verificada a situação dos termos de compromisso, na seção seguinte será tratada a percepção da comunidade escolar sobre a disponibilidade e aplicação de recursos da Caixa Escolar.

7 PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE A DISPONIBILIDADE E APLICAÇÃO DE RECURSOS DA CAIXA ESCOLAR

Foram realizadas entrevistas com a diretora, vice-diretora, secretária, o assistente técnico financeiro e os técnicos de educação básica, além de auxiliares de serviços gerais, professores da escola e representantes dos alunos.

Estas entrevistas permitiram verificar de forma concreta a percepção dos envolvidos nas atividades desenvolvidas pela Escola Estadual Alfa.

7.1 Resultados obtidos

No que tange suficiência da verba disponível para manutenção e conservação da unidade escolar no ano de 2017, 50% dos entrevistados afirmaram não serem suficientes às verbas disponíveis para manutenção e conservação da unidade escolar, entre eles, a Diretora, a Secretária, o Assistente Técnico Financeiro, dois Assistentes Técnicos de Educação Básica, além de uma Professora entrevistada.

Quanto à aplicação da verba na Escola Estadual Alfa, 83,4% dos respondentes considera a aplicação boa, e, 16,6% a considera regular. É importante destacar que não há percepções de que a aplicação de verbas na escola seja ruim.

Sobre os problemas de infraestrutura na escola, 27,8% dos entrevistados acreditam que a unidade escolar não tem problemas de infraestrutura, contudo, 72,2% ponderam que a escola possui este tipo de problema. A Vice-Diretora, um Professor, um Assistente Técnico de Educação Básica e dois Alunos acreditam que a unidade escolar não sofre problemas de infraestrutura, os demais entrevistados, discordam. São mencionados como problemas de infraestrutura os seguintes:

- Falta acessibilidade para deficientes físicos na escola;
- Falta de quadra poliesportiva na unidade escolar;
- Problemas referentes à equipamentos de informática;

- Necessidade de reparos na iluminação da escola e nos equipamentos utilizados na cozinha;
- Necessidade de pintura e reparo em portas e janelas;
- Necessidade de adequação do passeio da escola às normas da prefeitura municipal.

Outro aspecto abordado nas entrevistas refere-se ao conhecimento dos entrevistados sobre o processo de disponibilidade e aplicação de verbas da unidade escolar. Sobre esse aspecto 61,1% dos entrevistados afirmam ter conhecimento do processo, enquanto, 38,9% responderam não ter acesso a essa área. Vale ressaltar que as pessoas que responderam negativamente, exercem as funções de Assistente Técnica de Educação Básica, Auxiliares de Serviços Gerais, Professores, além de dois Alunos respondentes da entrevista.

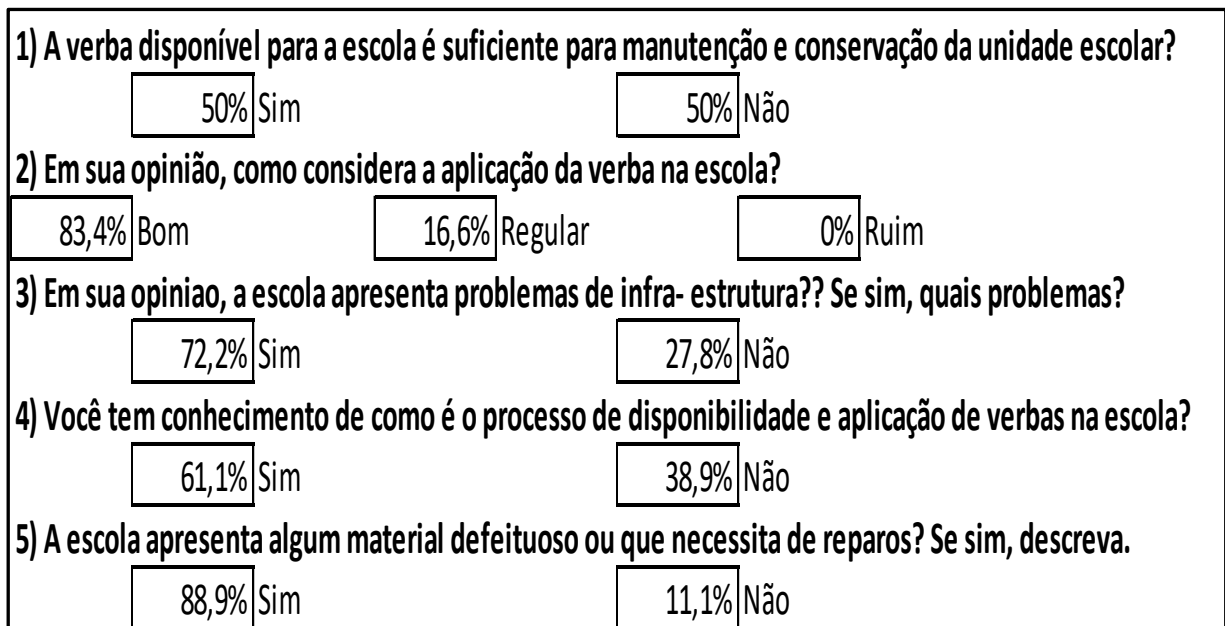
Sobre a existência na escola de infraestrutura defeituosa que necessite de reparos, 88,9% dos entrevistados afirmam que sim. Na percepção de 11,1%, que se trata de um aluno e a secretária, consideram que não há materiais que necessitam de reparos.

Os entrevistados que responderam afirmativamente, citaram como materiais que necessitam de reparos: geladeiras; vasos sanitários; reparo e melhoramento na rede de internet; reparo nos equipamentos de multimídia; reparo na parte elétrica e hidráulica da escola; conserto de algumas carteiras; e conserto de portas e janelas.

Quanto a sugestões para melhoramento da unidade escolar, foram apresentadas várias solicitações de melhoria: compra de equipamentos multimídia (Televisão, caixas de som, data show); aquisição de computadores; adequação da acessibilidade para deficientes na escola; reforma da parte lógica, elétrica e hidráulica da escola; instalação de câmeras de segurança; redimensionamento da rede de internet; e compra de copiadora e impressora.

A Figura 4 solidifica a porcentagem de resposta das perguntas feitas aos entrevistados.

Figura 4 – Porcentagem de respostas aos entrevistados



Fonte: Elaboração do autor.

No próximo capítulo será abordada a relação entre os questionários aplicados e a situação da financeira da Caixa Escolar Alfa.

8 ANÁLISE DOS RESULTADOS: RELAÇÃO QUESTIONÁRIOS X VERBAS DISPONÍVEIS

De forma geral, após a constatação dos resultados das entrevistas, foram verificadas as diversas necessidades da Escola Estadual Alfa.

Se analisarmos a resposta da primeira questão do questionário, podemos observar que, as nove pessoas que responderam negativamente referente a disponibilidade de verba para manutenção e conservação da unidade escolar têm alguma ligação com a Caixa Escolar, sejam elas, membros do colegiado, tesoureira, administradores da caixa escolar ou até mesmo o presidente. Tal situação constata à pouca disponibilidade de verba no exercício de 2017 e o déficit no período.

É importante ressaltar que os gastos efetuados no exercício de 2017 foram, em sua maioria, em prol de manutenção da unidade escolar, com exceção da compra de fogão e da geladeira, com a verba remanescente do PDDE. Não foram realizadas na unidade escolar melhorias demandadas nas respostas das entrevistas.

Ao analisar as entrevistas e a disponibilidade efetiva de verbas, pode-se afirmar que as verbas disponíveis à Caixa Escolar Alfa não são suficientes para a resolução de toda a demanda da escola. Destaca-se que a disponibilização plena dos recursos vinculados aos termos de compromisso mudaria substancialmente o cenário atual encontrado na escola.

Vale ressaltar que, para a maioria dos membros da comunidade escolar, a aplicação da verba disponível é feita de forma correta, apesar da sua escassez e redução de recursos para investimentos na unidade escolar.

De acordo com as respostas dos entrevistados, podemos afirmar que alguns termos são de essencial importância para a melhoria do cenário da Escola Estadual Alfa. Os termos referentes à aquisição de peças de reposição e contratação de serviços de informática (termo 865.213/2017) e destinados à compra de material permanente de informática (termo 868.846/2017) seriam utilizados para suprir demandas referentes à serviços de internet e aquisição de novos computadores.

Quanto ao termo destinado à instalação de rede lógica e elétrica (termo 826.618/2017) supriria a necessidade de reformulação da rede elétrica da unidade escolar, além de propiciar a instalação de câmeras de segurança.

O termo que tem por destinação o fundo de manutenção predial (termo 810.914/2015) é necessário para a adequação da calçada da Escola às exigências da Prefeitura de Belo Horizonte.

Há também termos destinados à ampliação e reforma do prédio escolar, cuja aplicação do recurso destinam-se à adequação da acessibilidade de deficientes físicos a escola, pintura da Escola Estadual Alfa, troca das portas e vidros quebrados, além de reparos nos banheiros e na cozinha.

No que se refere à demanda de uma quadra poliesportiva, deve-se levar em conta que, devido à Escola Estadual Alfa contar com espaço reduzido, torna-se difícil o cumprimento de tal demanda da comunidade escolar.

Acerca da verba do Programa Dinheiro Direto na Escola, seus recursos poderiam ser utilizados no reparo dos bens citados pelos entrevistados.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário apresentado neste presente trabalho permite constatar que a Escola Estadual Alfa sofreu com problemas financeiros no exercício de 2017. Pode-se concluir que a verba disponível no exercício de 2017 não foi suficiente para atender as demandas da unidade escolar, uma vez comprovado que as despesas realizadas superaram as receitas auferidas no exercício financeiro. Assim, o exercício de 2017 apresentou déficit no valor de R\$ 23.884,12 (vinte e três mil oitocentos e oitenta e quatro reais e doze centavos).

É necessário destacar que as verbas efetivamente depositadas no exercício de 2017 equivalem a 6,46% do total de verbas previstas. Tal circunstância ocasionou um déficit no período, assim, o valor depositado nas contas da Caixa Escolar Alfa, foi suficiente para liquidar somente 70 % dos gastos do período, o que tornou necessário a utilização de saldos residuais de anos anteriores.

Vale observar que, devido à realidade financeira abordada no presente trabalho, a Caixa Escolar Alfa adquiriu como material permanente, somente um fogão e uma geladeira, nível de investimento, portanto, considerado baixo diante das melhorias solicitadas pelos entrevistados e necessidades constatadas. Após analisar a situação financeira do exercício de 2017 da Caixa Escolar Alfa, consegue-se compreender a justificativa para o reduzido emprego dos recursos em melhorias por meio de investimentos.

De forma geral, se analisarmos todo o capital disponível para o exercício de 2017 (somando, inclusive, os saldos residuais com os depósitos efetuados), obtemos a quantia de R\$ 165.668,70 (cento e sessenta e cinco mil seiscientos e sessenta e oito reais e setenta centavos). Desse valor, R\$ 72.742,07 (setenta e dois mil setecentos e quarenta e dois reais e sete centavos) é referente ao saldo residual de obras, quantia esta que só poderá ser utilizada para fins de reforma/pintura do prédio escolar. Nesse sentido, podemos concluir que, para gastos cotidianos da unidade escolar, restou o valor de R\$ 92.926,59 (noventa e dois mil novecentos e vinte e seis reais e cinquenta e nove centavos). Durante todo o exercício de 2017 foi gasto o montante de R\$ 79.014,64 (setenta e nove mil e quatorze reais e sessenta e quatro centavos). Confrontando as despesas realizadas com o saldo disponível no período, alcançamos um saldo residual para o próximo exercício de 2018 de R\$ 13.911,95 (treze mil novecentos e onze reais e noventa e cinco centavos).

Ao compararmos o saldo residual do início do exercício de 2017 com o saldo residual final deste mesmo exercício, que será transferido para 2018, pode-se afirmar que, no ano de 2017, o cenário financeiro da Caixa Escolar Alfa piorou.

É necessário ressaltar que, com a verba disponibilizada para a Caixa Escolar Alfa no exercício de 2017, não foi possível atender às demandas de investimento relacionadas pelos entrevistados.

Após a análise dos dados, podemos afirmar que, a Escola Estadual Alfa sofre com severos problemas de infraestrutura, e, é necessário investimento em melhorias da unidade escolar, todavia, foi informado que no exercício seguinte (2018) seria feito (com a verba de R\$ 72.742,07) a pintura da parte interna e a troca dos vidros e das portas da unidade escolar conforme demandado por alguns entrevistados. Esta situação se concretizou com a realização desses serviços como previsto.

Destaca-se que, embora a administração da Caixa Escolar Alfa seja feita de forma satisfatória, faltam recursos para o atendimento das necessidades da escola e o aprimoramento desta. Assim, a administração financeira da Caixa Escolar Alfa é compelida a aplicar a verba em itens primordiais no cotidiano da unidade escolar, fazendo com que, os investimentos em melhorias não sejam priorizados.

Tendo em vista o resultado financeiro do exercício de 2017 da Caixa Escolar Alfa, pode-se concluir que é necessária uma maior atenção à situação das Escolas Estaduais no Estado de Minas Gerais, considerando que, se nos próximos exercícios a situação não se alterar, a realidade financeira das escolas será preocupante.

Após ter ciência do cenário exposto no presente trabalho é facilitado o entendimento referente às precárias situações das escolas públicas do estado de Minas Gerais, conforme explicitado na reportagem mencionada na introdução do presente trabalho.

Em suma, podemos afirmar que a Caixa Escolar Alfa possui deficiências em sua infraestrutura e, em ciência do resultado financeiro de 2017, não há previsão confiável para solução de tais deficiências.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação, referências – elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

AGÊNCIA BRASIL. Apenas 4,5% das escolas públicas do país têm infraestrutura prevista em lei. **Folha de São Paulo on-line**, São Paulo, 26 de junho 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/06/1785936- apenas-45-das-escolas-publicas-do-pais-tem-infraestrutura-prevista-em-lei.shtml> >. Acesso em: 05 mar. 2018.

ARANHA, M. L. A. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

BAHIENSE, Priscila Nogueira. “Não basta fornecer o mestre”: o funcionamento das caixas escolares em Belo Horizonte (1911-1918). **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 2, n. 3, p. 49-58, 2014.

CABRAL NETO, Antônio; ALMEIDA, Maria Doninha de. Educação e gestão descentralizada: conselho diretor, caixa escolar, projeto político-pedagógico. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 17, n. 72, p. 35-45, fev./jun. 2000.

CABRAL NETO, Antônio; SILVA, Tatiane Campelo. Projeto Político-Pedagógico como mecanismo de autonomia escola. **Revista Gestão em Ação**, Salvador, v. 7, n. 1, p.7-23, jan./abr. 2004.

CABRAL NETO, Antônio; SOUSA, Luís Carlos Marques. Autonomia da Escola Pública: diferentes concepções em embate no cenário educacional brasileiro. In: ROSÁRIO, Maria José Aviz do; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Políticas Públicas educacionais**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. Cap. 4.

CARVALHO, E. H.; A Gestão financeira das Caixas Escolares da Superintendência Regional de Ensino de Ituitaba (MG): **Casos de estão: políticas e situações do cotidiano educacional**. 2013, 91 p. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação e Políticas Educacionais/UFJF, Juiz de Fora, MG, 2013.

CARVALHO, Ednéa de Oliveira Hermógenes Carvalho. **Gestão financeira: análise da prestação de contas das caixas escolares da superintendência regional de ensino de Ituiutaba – MG**. 2013. 146f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2013.

CARVALHO, Rosana Areal de; BERNARDO, Fabiana de Oliveira. Caixa Escolar: Instituto inestimável para execução do projeto da educação primária. **Educação em foco**, Juiz de Fora, MG, v. 16, n. 3, p. 141-158, 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2012/08/Texto-061.pdf>>. Acesso em 16 abr. 2018.

CARVALHO, Rosana Areal de; VIEIRA, Livia Carolina. A caixa escolar e a bandeira republicana de educação para o povo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO — O ENSINO E A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju, SE. **Anais...**, Aracaju, SE: UFS/UNIT, 2008.

DUTRA, Silvânia Caldeira Pacheco. **Análise da execução financeira das caixas escolares da SRE de Nova Era – Minas Gerais**. 2015. 138 p. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd, Juiz de Fora, MG, 2015.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GUEDES, Gilmar Barbosa. **A caixa escolar como indutora da descentralização financeira: uma reflexão sobre a caixa como entidade de direito privado no município de Natal**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2002.

GUEDES, G. B. Descentralização financeira e as entidades civis de direito privado: uma experiência em escolas de alto e baixo IDEB. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO NORDESTE, 7., 2012, Recife/PE. **Anais...** Natal, RN, ANPAE, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LONGARAY, A. A.; BEUREN, I. M. Caracterização da pesquisa em contabilidade. In: BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LUCK, Heloísa. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. **Em Aberto**, Brasília, DF, v.17, n. 72, p.11-33, 2000.

LUCK, Heloísa; PARENTE, Marta Maria de A. Mapeamento de estruturas de gestão colegiada em escolas dos sistemas estaduais de ensino. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 17, n. 72, p. 156-162, 2000. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2128/2097>> . Acesso em: 22 dez. 2017.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 1 v.

MATTOS, M. J. V. de; PEREZ, J. R. R. A Reforma educacional de Minas Gerais: promoção da autonomia escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v.17, n. 2, p. 187-2001. Jul./dez. 2000.

MATTOS, Maria J. V. Marinho de. **A reforma educacional de Minas Gerais: a implementação da autonomia escolar**. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração e Supervisão Educacional) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação. **Manual de instrução às caixas escolares quanto à utilização de recursos financeiros e à prestação de contas**. Belo Horizonte, MG: SEE-MG, 2003.

MINAS GERAIS. Decreto 44 193/2005 de 28/12/2005. Implanta o ensino médio em unidades da rede estadual de ensino. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=44193&comp=&ano=2005>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

MINAS GERAIS. Decreto-Lei 1 514 de 11 de dezembro de 1945. Transforma em grupos escolares escolas reunidas da capital e contém outras providências. Disponível: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEL&num=1514&comp=&ano=1945>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

MINAS GERAIS. Resolução 3 670, de 28 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a transferência, utilização e prestação de contas de recursos financeiros repassados às caixas escolares vinculadas as unidades estaduais de ensino. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/371670079/Resolucao-SEE-n-3670-2017-word>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Educação. **Sistema de Transferência de Recursos financeiros para as escolas**. Disponível em: <<http://www.plano.termocompromisso.educacao.mg.gov.br>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império**. São Paulo. Companhia Editora Nacional – 1937. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-o-imperio-2-vol>>. Acesso em: 23 maio 2018.

MOREIRA, Ana Maria de Albuquerque. Gestão Financeira Descentralizada: uma análise do programa dinheiro direto na escola. **FINEDUCA - Revista de financiamento da educação**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/fineduca>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

OLIVEIRA, Francisca de Fátima Araújo; OTÍLIA NETA, Francisca. **A Caixa Escolar no processo de descentralização da educação pública do Rio Grande do Norte**. Rio Grande do Norte, Brasil, 2002. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0362.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2018

PEROVANO, D.G. **Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social**. Curitiba: Juruá, 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados/ Editora Plano, 2004.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis, 2005.

VASCONCELOS, Dimas Augusto de. **Custeio da educação pública na Era Vargas: a Caixa Escolar do Ceará (1930-1945)**. Fortaleza, CE, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8052/1/2013_dis_davasconcelos.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

VERGARA, S. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

APÊNDICE**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA QUE OBJETIVA CAPTAR AS PERCEPÇÕES DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL ALFA SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA GESTÃO DA CAIXA ESCOLAR****ENTREVISTA**

Cargo: _____

1) A verba disponível para a escola é suficiente para manutenção e conservação da unidade escolar?

 Sim Não

2) Em sua opinião, como considera a aplicação da verba na escola?

 Bom Regular Ruim

3) Em sua opinião, a escola apresenta problema de infraestrutura? Se sim, quais problemas?

 Sim Não

4) Você tem conhecimento de como é o processo de disponibilidade e aplicação de verbas para a escola?

 Sim Não

5) A escola apresenta algum material defeituoso ou que necessita de reparos? Se sim, descreva?

Sim

Não

6) Dê sua sugestão sobre algumas necessidades da escola?
